

EM BRASÍLIA

APMP participa de reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP

Na última terça-feira (17), a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) participou da reunião do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), realizada em Brasília. Durante a reunião, foi debatida a nova proposta de aumento dos subsídios proposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Procuradoria-Geral da República (PGR). Também foram analisadas Propostas de Emendas à Constituição, que tratam diretamente do Ministério Público.

A nova proposta de aumento é de 4,06% dos subsídios, através de projetos de Lei encaminhados pelo presidente do STF e procurador-geral da República, sem interferência no aumento já garantido de 5% ao ano, fracionado nos anos de 2013, 2014 e 2015. Esse novo valor corresponde, na verdade, a uma defasagem salarial a partir de 2012, já que o aumento fracionado foi aprovado, à época, menor que o solicitado.

Durante a reunião foram analisados projetos de lei e propostas de emenda que estão tramitando o Congresso Nacional e dizem respeito ao MP. Entre elas a PEC 291/2013, que aglutinou as propostas 53 e 75, ambas de 2011, e trata da regulamentação do regime disciplinar do MP e magistratura. Com o mesmo tema, tramita a proposta 505/2010.

Ainda se discutiu sobre as PEC's 07/2011 e 42/2013 sobre alteração da composição do CNMP; 31/2013, que modifica o processo de escolha dos membros dos Tribunais Eleitorais; 68/20011, que dispõe sobre o Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Além das PEC's, também foi discutido o veto 19/2013 sobre o projeto de lei 132/2012, que dispunha sobre a exclusividade das investigações conduzidas pelo delegado de polícia e a formação de uma Comissão Mista para apreciação deste veto.

**NA CONAMP**

Na reunião, foram analisadas Propostas de Emendas à Constituição, que tratam diretamente do MP

LUTA PELA PARIDADE

Aposentados vão receber no mesmo dia dos membros da ativa

A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) se reuniu nesta segunda-feira (16) com o procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora e representantes do Governo para viabilizar o cumprimento da determinação judicial que viabiliza a execução da folha de pagamento em favor dos membros inativos (procuradores e promotores de Justiça) do MPPB juntamente com a folha de pagamento dos membros ativos da instituição.

Enquanto os membros da ativa recebem o pagamento diretamente do Ministério Público da Paraíba (MPPB), os aposentados recebem através da Paraíba Previdência (PBprev), com um atraso de seis dias com relação aos promotores e procuradores em atividade. "Na reunião, ficou definido que o Ministério Público comunicará ao Estado o dia de pagamento dos membros ativos, ocasião em que será providenciado o pagamento dos aposentados na mesma data, garantindo a paridade", afirmou o presidente da Associação.

Além do presidente da APMP, Francisco Seráfico e do procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora, participaram da reunião, o diretor financeiro do MPPB, Ícaro Ramalho; a secretária de Estado das Finanças, Aracilba Rocha; a secretária da Administração, Livânia Farias; a procuradora-geral adjunta do Estado, Mônica Figueiredo; e o presidente da Paraíba Previdência (PBprev), Hélio Carneiro.

PGJ atende pleito da APMP e vai custear 20 inscrições para o congresso nacional do MP

Após requerimento da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), a Procuradoria-Geral de Justiça vai arcar com a despesa de 20 inscrições para o XX Congresso Nacional do Ministério Público, que será realizado de 30 de outubro a 2 de novembro, no Centro de Convenções de Natal (RN). O tema desta edição é “25 Anos do Novo Ministério Público: A Construção de Uma Identidade”.

Para os promotores que desejarem o auxílio, as inscrições foram abertas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). Caso a procura ultrapasse as 20 inscrições oferecidas, será realizado um sorteio para definir os contemplados. O requerimento da APMP também solicitava ajuda de custo para diárias dos membros do MP, porém, o PGJ deferiu o custeio de vinte inscrições.

O prazo para as inscrições no XX Congresso Nacional do Ministério Público com o valor atual de R\$ 600,00 (para participantes) e R\$ 200,00 (para acompanhantes) foi prorrogado para o dia 23 de setembro. Após essa data, os valores subirão para R\$ 700,00 e R\$ 300,00, respectivamente.

As inscrições devem ser feitas através do site e o pagamento através de boleto bancário ou empenho;



serão aceitas notas de empenho para instituições públicas com efetivação de pagamento até 12/10/2013; não será aceito empenho após esta data. Outras informações podem ser obtidas na secretaria executiva do evento, pelo telefone 84 3201-7429, através de e-mail para congressomp2013@verboeventos.com.br ou ainda pelo site do evento www.ampem.org.br/congressomp2013.

GT estuda propostas para regulamentação de TACs

Um grupo de trabalho integrado por membros do Ministério Público da União e dos Estados especialistas e autores de obras sobre o tema foi formado para estudar possibilidade de o Conselho Nacional do Ministério Público regulamentar a utilização de termos de ajustamento de conduta e de recomendações pelo MP, como forma de solução de conflitos. Coordenado pelo conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Fundamentais, Jarbas Soares, o grupo estuda pontos considerados polêmicos em relação à confecção de TACs e recomendações.

“Há um grande questionamento no CNMP, de diversos órgãos e instituições, sobre a forma em que o TAC e a recomendação estão sendo elaborados. Portanto, parece-me louvável que o CNMP analise a possibilidade de regulamentar a matéria, antes que isso ocorra em outros fóruns que não conheçam a realidade do Ministério Público”, disse Jarbas.

Conselho revê recomendação sobre a atuação do MP

Durante a primeira sessão de julgamento da nova composição do Conselho, o plenário do CNMP revogou um dos incisos da Recomendação nº 16, que orienta a atuação do Ministério Público em processos civis. O conselheiro Walter Agra também apresentou proposta para a revogação completa da recomendação, que será julgada em sessão futura.

Segundo o conselheiro, a recomendação traz diversos casos em que se dispensa a intervenção do Ministério Público em processos cíveis quando o Código de Processo Civil e diversas leis infraconstitucionais obrigam a participação do MP nos mesmos processos.

Um desses casos seria o previsto no inciso XXI do artigo 5º da recomendação, sobre a participação do MP em rescisões de contrato de trabalho. O inciso XXI foi revogado durante julgamento de pedido de providências feito pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Também estão sob questionamento, incisos sobre divórcios, mandados de segurança e usucapião de imóveis, entre outros.

Relatório do CNMP expõe problemas em presídios

De superlotação a falta de assistência jurídica adequada, relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aponta os principais problemas em presídios do País. Representantes do CNMP visitaram, durante o primeiro semestre de 2013, 15 unidades prisionais em Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Paraíba, além do Distrito Federal.

O relatório feito por membros auxiliares da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública revela que os problemas são frequentes. Também participaram da visita, representantes dos Ministérios Pú-

blicos Federal e Estadual.

O objetivo é apontar os problemas que merecem maior atenção do poder público e, em conjunto com os Ministérios Públicos estaduais, estabelecer diálogo com o governo. O estudo aponta que isso geraria melhoras em áreas como alimentação, higiene, saúde, assistência jurídica e social.

Na Paraíba, o cenário de unidades lotadas, falta de atendimento jurídico, más condições e dificuldade de acesso ao trabalho e estudo foi encontrada na visita realizada à Penitenciária Flósculo da Nóbrega, conhecida como Presídio do Roger.